



CONTAS

2018

FUNDAÇÃO AEP

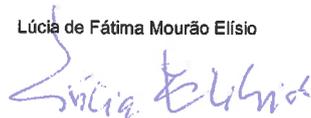
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

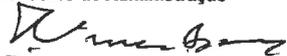
ATIVO	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	2 345 371	2 370 617
Activos intangíveis	7	1 125	1 667
Investimentos Financeiros			
Ações Nexpor		810 154	804 213
Outros	9	26 000	26 220
Total do ativo não corrente		3 182 650	3 202 717
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	21 208	46 595
Estados e outros entes públicos	13	75	6 274
Outros ativos correntes	10	407 287	427 568
Diferimentos		2 108	1 940
Caixa e depósitos bancários	4	235 163	244 409
Total do ativo corrente		665 842	726 785
Total do ativo		3 848 492	3 929 502
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3 850 000	3 800 000
Resultados transitados	11	(403 723)	(408 476)
Excedentes de revalorização de ativos	11	264 923	264 923
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	2 000	2 000
		3 713 200	3 658 447
Resultado líquido do período	11	1 282	4 753
Total do fundo de capital		3 714 482	3 663 200
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		20 000	20 000
Passivos por impostos diferidos		51 547	51 547
Total do passivo não corrente		71 547	51 547
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	23 108	109 459
Estado e outros entes públicos	13	14 065	58 648
Outros passivos correntes	10	25 290	26 619
Diferimentos		-	28
Total do passivo corrente		62 463	194 755
Total do passivo		134 010	246 302
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 848 492	3 909 502

O Contabilista Certificado

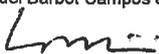
Lúcia de Fátima Mourão Elísio



O Conselho de Administração


José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida – Presidente


António Manuel Barbot Campos e Matos – Vogal


Luís Miguel Magalhães Ribeiro – Vogal

Maria Benedita Andrade Amorim Martins – Vogal

Paulo José das Neves Vaz – Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

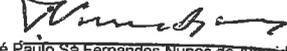
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 Dezembro 2 018	31 Dezembro 2 017
Vendas e serviços prestados	14	54 792	94 686
Subsídios, doações e legados à exploração	15	204 146	1 414 551
Subsídios		98 646	1 160 051
Legados à exploração		105 500	254 500
Fornecimentos e serviços externos	17	(163 338)	(1 303 003)
Gastos com o pessoal	18	(113 632)	(176 730)
Imparidade em investimentos financeiros (perdas / reversões)		5 941	18 779
Provisões (aumentos / reduções)		-	(20 000)
Outros rendimentos e ganhos		69 507	8 525
Outros gastos e perdas		(30 604)	(6 524)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26 812	30 284
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(25 787)	(25 574)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 025	4 710
Juros e rendimentos similares obtidos	16	257	43
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		1 282	4 753
Imposto sobre o rendimento do período	10	-	-
Resultado líquido do período		1 282	4 753

O Contabilista Certificado

Lúcia de Fátima Mourão Elísio



O Conselho de Administração


José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida – Presidente


António Manuel Barbot Campos e Matos – Vogal


Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Vogal

Maria Benedita Andrade Amorim Martins – Vogal

Paulo José das Neves Vaz – Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

2017							
	Notas	Fundos	Resultados transmitidos	Excedentes de revaloriza- ção	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2017		3 775 000	(411 623)	218 528	2 000	3 147	3 588 052
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização	11	-	3 147	45 385	-	(3 147)	45 385
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	(408 476)	284 923	2 000	-	3 633 447
Resultado líquido do período						4 753	4 753
Resultado Integral						4 753	4 753
Operações com Instituidores no período							
Fundos	11	25 000	-	-	-	-	25 000
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-
Outras operações		25 000	-	-	-	-	25 000
Posição no fim do período 2017		3 800 000	(408 476)	284 923	2 000	4 753	3 683 200

2018

	Notas	Capital realizado	Resultados transmitidos	Excedentes de revaloriza- ção	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2018		3 800 000	(408 476)	284 923	2 000	4 753	3 683 200
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização	11	-	4 753	-	-	(4 753)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	(403 723)	284 923	2 000	-	3 683 200
Resultado líquido do período						1 282	1 282
Resultado Integral						1 282	1 282
Operações com Instituidores no período							
Fundos		50 000	-	-	-	-	50 000
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-
Outras operações		50 000	-	-	-	-	50 000
Posição no fim do período 2018		3 850 000	(403 723)	284 923	2 000	1 282	3 714 482

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Lúcia de Fátima Mourão Elísio



O Conselho de Administração



António Manuel Jorôdo Campos e Matos - Vogal



Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Vogal

Mania Benedicta Amorim Martins - Vogal

Paulo José das Neves Vaz - Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		171 821	285 123
Pagamentos a fornecedores		(247 730)	(1 390 156)
Pagamentos ao pessoal		(98 358)	(163 034)
Caixa gerada pelas operações		(175 268)	(1 268 068)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(289)
Outros recebimentos / pagamentos		61 967	66 748
Fluxos das atividades operacionais [1]		(113 301)	(1 201 608)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Fundo Social		50 000	
Subsídios à exploração		54 055	1 131 368
Juros e rendimentos similares			
Outros activos			
		104 055	1 131 368
Pagamentos provenientes de:			
Fundo Social			
Juros e rendimentos similares			
Investimentos financeiros			
Dividendos			
		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		104 055	1 131 368
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(8 246)	(70 241)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	244 409	314 650
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	235 163	244 409

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Lúcia de Fátima Mourão Elísio

O Conselho de Administração

José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida – Presidente

António Manuel Barbot Campos e Matos – Vogal

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Vogal

Maria Benedita Andrade Amorim Martins – Vogal

Paulo José das Neves Vaz - Vogal



AEP
FUNDAÇÃO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ACU', 'PB', and other illegible marks.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

1.3 NIPC:

509 536 786

1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 6420-A/2018 de 19 de Junho de 2018 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de Novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de Dezembro, tendo sido constituída em 19 de Novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de Setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AG', 'J', 'B', and 'J'.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, no quadro das disposições em vigor em Portugal para as Entidades do Sector Não Lucrativo, adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

A preparação da informação financeira de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, tem por a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009 de 7 de Setembro e 6726-B/2011 de 14 de Março, no Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e nas portarias 105/2001 e 103/2011 de 14 de Março.

As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



7 9 5
FB
AZ
J

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos capitais próprios da empresa, e as respectivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.



Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Equipamento publicitário	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

3.4 – Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.



Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).



7
7
7
7
7

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Fundação não tem instrumentos compostos.

3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'Ay', 'F S', and several illegible signatures.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AD', 'TB', and 'P'.

O rédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

3.8- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:



Handwritten notes in purple ink, including the number '7', the number '8', and several illegible signatures or initials.

- a) Justo valor e vidas úteis dos activos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao rédito

3.9- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 detalha-se conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerário	-	205
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>235 163</u>	<u>244 205</u>
	<u>235 163</u>	<u>244 409</u>
	<u><u>235 163</u></u>	<u><u>244 409</u></u>

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

A Fundação adotou na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 as NCRF (Nota 2).



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '75' and various scribbles.

Alteração em políticas contabilísticas

A empresa procedeu em 2016 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo.

6 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, por via Estatutária.

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços obtidos 2018	Serviços obtidos 2017
Entidades com controlo conjunto influência significativa	-	6 000
Outras partes relacionadas	-	-
	<u>-</u>	<u>6 000</u>

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2018:

	Contas a receber correntes	Contas a receber líquidas (Nota 11)	Contas a pagar correntes	Total contas a pagar (Nota 11)
Entidades com controlo conjunto influência significativa	<u>125 206</u>	<u>125 206</u>	<u>2 500</u>	<u>2 500</u>
	<u>125 206</u>	<u>125 206</u>	<u>2 500</u>	<u>2 500</u>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '7' and '3' at the top right, and several scribbled-out marks below.

2017:

	Contas a receber correntes	Contas a receber líquidas (Nota 11)	Contas a pagar correntes	Total contas a pagar (Nota 11)
Outras partes relacionadas	<u>135.116</u>	<u>135.116</u>	<u>2.172</u>	<u>2.172</u>
	<u>135.116</u>	<u>135.116</u>	<u>2.172</u>	<u>2.172</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2018	
	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	<u>5 000</u>	<u>5 000</u>
Saldo final	<u>5 000</u>	<u>5 000</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	<u>3 333</u>	<u>3 333</u>
Amortizações do exercício	<u>542</u>	<u>542</u>
Saldo final	<u>3 875</u>	<u>3 875</u>
Ativos líquidos	<u>1 125</u>	<u>1 125</u>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'AJ' at the bottom.

2017

	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	5 000	5 000
Saldo final	5 000	5 000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	2 833	2 833
Amortizações do exercício	500	500
Saldo final	3 333	3 333
Ativos líquidos	1 667	1 667

Este valor refere-se ao *site* que entrou em funcionamento em 2011.

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2018

	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689 224	1 803 343	7 772	23 454	2 523 793
Aquisições					-
Outras variações					-
Saldo final	689 224	1 803 343	7 772	23 454	2 523 793
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		131 568	6 058	15 551	153 177
Amortizações do exercício		22 551	880	1 815	25 246
Saldo final		154 119	6 938	17 366	178 423
Ativos líquidos	689 224	1 649 224	834	6 088	2 345 370



Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'TB' and 'P'.

2017

	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	426 043	1 990 077	7 772	23 072	2 446 964
Aquisições		36 719		382	37 101
Outras variações	263 181	(223 453)			39 728
Saldo final	689 224	1 803 343	7 772	23 454	2 523 793
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		108 977	5 246	13 880	128 103
Amortizações do exercício		22 591	812	1 671	25 074
Saldo final		131 568	6 058	15 551	153 177
Ativos líquidos	689 224	1 671 775	1 714	7 903	2 370 617

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

Valorizados ao custo de aquisição deduzido de imparidades

	2018	2017
Associação de Parques de Exposição do Norte - Exponor	1 000	1 000
CESAE - Centro de Serviços e Apoio às Empresas	25 000	25 000
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	810 154	804 213
Outros (Fundo de Compensação)	-	220
	836 154	830 433

Valorizados ao Justo Valor

	2018	2017
NEXPONOR, SICAFI, SA	810 154	804 213
	810 154	804 213

A variação ocorrida durante o ano de 2018 da atualização de ganho por justo valor (5 941,28€).



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J', 'F', 'M', 'B', and 'S'.

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhadas conforme se segue:

	2018		2017	
	Custo / Custo amortizado	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Quantia escriturada líquida
ATIVOS FINANCEIROS				
Disponibilidades:				
Numerário (Nota 4)	-	-	205	205
Depósitos à ordem (Nota 4)	235 163	235 163	244 205	244 205
	<u>235 163</u>	<u>235 163</u>	<u>244 409</u>	<u>244 409</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado:				
Cientes	21 208	21 208	46 595	46 595
Outras contas a receber	407 287	407 287	427 568	427 568
	<u>428 495</u>	<u>428 495</u>	<u>474 163</u>	<u>474 163</u>
	<u>663 658</u>	<u>663 658</u>	<u>718 572</u>	<u>718 572</u>

PASSIVOS FINANCEIROS	2018	2017
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 6)	23 108	109 459
Outras contas a pagar (Nota 6)	25 290	26 619
	<u>48 398</u>	<u>136 078</u>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FEB' and other illegible marks.

10.2 Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica clientes apresentava a seguinte composição:

	2018		2017	
	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida
Não vencido:				
0-180 dias	21 208	21 208	46 595	46 595
	<u>21 208</u>	<u>21 208</u>	<u>46 595</u>	<u>46 595</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica outros créditos a receber apresentavam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida
Correntes:				
Devedores por acréscimo de rendimento	248 784	248 784	267 231	267 231
Outras contas a receber	158 503	158 503	160 337	160 337
	<u>407 287</u>	<u>407 287</u>	<u>427 568</u>	<u>427 568</u>

10.3 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	23 108	109 459
	<u>23 108</u>	<u>109 459</u>

10.4 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro 2018 e 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	18 889	24 282
Outros credores (Nota 6)	6 401	2 337
	<u>25 290</u>	<u>26 619</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Credores por acréscimos de gastos” tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações a liquidar	16 388	21 342
Outros acréscimos de custos	2 500	2 940
	<u>18 889</u>	<u>24 282</u>

11 FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2018, o Fundo Social da Fundação é de 3.800.000 Euros e está totalmente subscrito e realizado.

A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Durante o período de 2018 o Fundo Patrimonial foi aumentado em 50.000 €.

O Fundo foi reforçado no montante global de 50.000€ com a entrada das seguintes entidades:

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC S.A

FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '75' and various initials.

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os passivos por impostos diferidos não sofreram alteração mantendo-se o valor global em 51.547 €.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	75	-	2 996	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	2 673	-	4 000
Imposto sobre o valor acrescentado	-	7 429	-	48 391
Contribuições para a Segurança Social	-	3 962	-	6 257
Outros Impostos	-	-	3 278	-
	<u>75</u>	<u>14 065</u>	<u>6 274</u>	<u>58 648</u>

14 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Prestação de serviços	54 792	94 686
Juros obtidos	257	43
Outros	279 594	1 441 855
	<u>334 643</u>	<u>1 536 584</u>

	2018	2017
Serviços às empresas	54 792	94 686
	<u>54 792</u>	<u>94 686</u>



Handwritten signatures and initials in blue ink.

15 SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:					
	2 460 591	1 463 916	996 675	98 646	1 662 700
	2 460 591	1 463 916	996 675	98 646	1 662 700

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 105 500€.

16 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Não existem gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito (Nota 18)	257	43
Outros	257	43
	257	43



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'J', 'AB', 'AJ', and 'J'.

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme segue:

	2018	2017
Subcontratos	21 585	15 712
Electricidade	15 437	14 360
Água	2 737	2 706
Material de escritório	319	1 006
Rendas e alugueres	105	136
Conservação e reparação	5 938	5 403
Comunicação	2 097	2 574
Vigilância e segurança	19 416	18 186
Trabalhos especializados	86 093	1 235 000
Honorários	2 125	327
Seguros	1 938	1 882
Limpeza, higiene e conforto	3 336	242
Outros fornecimentos e serviços	2 212	5 469
	<u>163 338</u>	<u>1 303 003</u>

18 GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	86 683	144 405
Encargos sobre remunerações	18 416	30 167
Indemnizações	8 000	1 275
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	534	883
	<u>113 632</u>	<u>176 730</u>

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos relativamente aos órgãos sociais.

O número médio de empregados de 2018 foi de 2 colaboradores.



19 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do art.º 49 B do Estatuto dos Benefícios Fiscais dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

20 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

21 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em -- de Março de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

O Técnico Oficial de Contas

Lúcia de Fátima Mourão Elísio

O Conselho de Administração

José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida – Presidente

António Manuel Barbot Campos e Matos – Vogal

Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Vogal

Maria Benedita Andrade Amorim Martins – Vogal

Paulo José das Neves Vaz – Vogal



**Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal
e
Certificação Legal
das Contas**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Curadores,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa atividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório apresentados pelo Conselho de Administração da FUNDAÇÃO AEP, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

Ao longo deste período, acompanhámos a atividade da Fundação, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como o cumprimento das normas legais e estatutárias.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Acompanhámos igualmente o desenvolvimento dos trabalhos efetuados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste Conselho, e apreciamos o seu relatório anual, tendo também tomado conhecimento da sua certificação legal das contas, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância.

Encerrado o período, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no fundo patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo.

Considerando que o relatório de gestão, que contém uma proposta para aplicação dos resultados, explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras refletem a correta situação patrimonial da Fundação e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados pelo Conselho de Curadores:

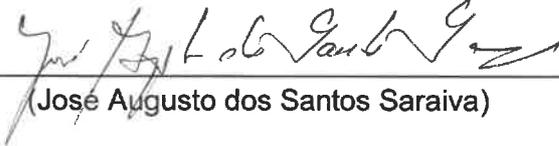


1. O relatório de gestão e as demonstrações financeiras acima, referentes ao período de 2018, apresentados pelo Conselho de Administração; e
2. A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

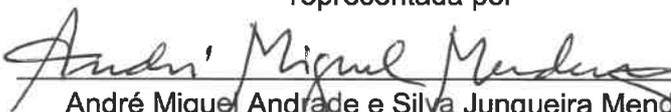
Porto, 28 de março de 2019

O Conselho Fiscal

Presidente - 
(Alberto João Coraceiro de Castro)

Vogal - 
(José Augusto dos Santos Saraiva)

Vogal R.O.C. - SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por


André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça
ROC n.º 1530, registado na CMVM sob o n.º 20161140

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da FUNDAÇÃO AEP (a Fundação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.848.492 euros e um total de fundo patrimonial de 3.714.482 euros, incluindo um resultado líquido de 1.282 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Fundação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Fundação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Fundação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades dos Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

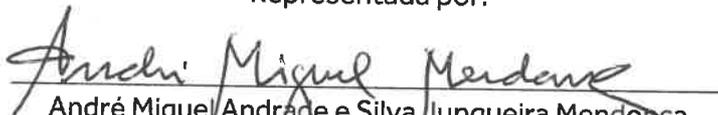
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2019

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por:


André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça
ROC n.º 1530, registado na CMVM sob o n.º 20161140